



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

13 DE JANEIRO DE 1977.

DISCURSO PRONUNCIADO NA REUNIÃO
MINISTERIAL, NO PALACIO DO PLA-
NALTO.

Em mensagem de fim de ano, fiz à Nação um retrospecto da atuação econômica do Governo, dentro da desejada «posição de equilíbrio, de serenidade e bom senso, e de realismo».

Em prosseguimento, pareceu-me oportuno reunir, neste início de 1977, o Ministério e com a presença de nossos líderes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, a fim de considerarmos a orientação que o Governo, como um todo, deve adotar em face do panorama econômico nacional e internacional.

O abalo causado à economia mundial pela crise do petróleo, a partir de fins de 73, ao mesmo tempo em que revelou considerável capacidade de adaptação das economias ocidentais, trouxe aos países industrializados recessão e desemprego, em níveis elevados. Os países em desenvolvimento e, em particular, os países médios, como o Brasil, sofreram os efeitos tanto do problema do petróleo, em si, como dessa situação da área desenvolvida do mundo.

Ficou evidenciado, nos últimos dois anos, que a economia mundial não iria dispor de um período longo para recompor-se, uma vez que, em outubro de 75 e, agora, em fins de 76, novos reajustamentos de preço do petróleo se verificaram.

Devemos, realisticamente, esperar que outros aumentos venham a ocorrer. Isto significa termos de aceitar, pelo menos até o fim da década, a perspectiva de considerável incerteza e, muito provavelmente, de oscilações nas economias industriais, entre recessões e moderados períodos de expansão. O comércio internacional, igualmente, tenderia a crescer de forma bem mais moderada.

A preocupação fundamental do Governo, desde 1974, tem sido a de escolher a rota segundo a qual deve o Brasil conduzir-se em face desse quadro, seguindo uma opção gradualista que procure, ao máximo, preservar a normalidade da vida econômica nacional, enfrentando, porém, ao mesmo tempo e em profundidade, os graves problemas que devam ser solucionados.

Temos, com êxito, procurado evitar, conjunturalmente, a recessão e o desemprego, que atingiriam fundamente as nossas empresas e, mais ainda, as classes trabalhadoras. Mas estamos, de outro lado, realizando as mudanças de estrutura econômica que garantam ser apenas transitória — e, se possível, limitada ao mandato de meu Governo — a fase de dificuldades encontradas.

* * *

Queremos reafirmar, agora, nossa convicção de que o Brasil, a despeito dos problemas reconhecidamente existentes, tem condições favoráveis para enfrentar a evolução da conjuntura internacional.

Primeiro, porque a economia brasileira, nesses três anos, conseguiu manter, praticamente, a normalidade, inclusive com expansão continuada do emprego e com estabilidade social.

Em 1976 alcançamos taxa excepcional de crescimento, até acima do desejado, avaliada, pelas primeiras estimativas, em 8,8%.

Nossas exportações aumentaram ao ritmo expressivo de 17%, atingindo US\$ 10,1 bilhões, e nossas reservas cambiais, de US\$ 4 bilhões no final de 1975, chegaram ao nível de US\$ 6,4 bilhões em fins de 1976. Em contraposição a esses resultados positivos, as importações ainda se mantiveram no elevado nível de US\$ 12,3 bilhões, situando-se nosso *deficit* comercial em US\$ 2,2 bilhões.

Por certo, tanto na balança comercial quanto no balanço em conta-corrente, conseguimos razoável melhoria em relação aos dados de 1975. A boa credibilidade externa do Brasil, confirmada pela recuperação de nossas reservas, permitiu que o *deficit* em conta-corrente fosse inteiramente coberto pelo ingresso de capitais de empréstimo e de risco.

O país chegou a apresentar *superavit* global no balanço de pagamentos e os investimentos diretos estrangeiros, até novembro, se haviam situado na casa dos US\$ 970 milhões, em estimativa preliminar, contra US\$ 890 milhões, no mesmo período do ano anterior.

Em *segundo* lugar, o Brasil dispõe de uma estratégia de médio prazo para adaptar-se à situação

criada pela crise do petróleo, com alternativas bem mais amplas do que a dos outros países em desenvolvimento, em geral, e, mesmo, de muitos países industrializados.

Tal estratégia, traçada no II PND, consiste, de um lado, na elevada prioridade conferida às exportações e, de outro, no esforço para alcançar a auto-suficiência, até 1980, na área dos insumos industriais básicos e expandir a produção interna de petróleo e bens de capital.

Podemos, diante disso, estar convictos de que, no final da década, a maior parte das adaptações de estrutura já terá sido feita e as restrições maiores no balanço de pagamentos já terão sido aliviadas.

O importante é chegar lá, com flexibilidade na ação conjuntural e o mínimo de restrições à atividade econômica interna.

* * *

Para efeito de configuração do presente estágio, vejamos os principais aspectos a serem levados em conta.

O Brasil, após a crise do petróleo, teve subitamente elevada, de 10% — nível tradicional — para 27%, a participação da poupança externa no total do investimento realizado no país.

A despeito de tal participação se haver reduzido, em 76, a nível inferior a 20%, necessário é trazê-la de volta, o mais breve possível, à faixa dos 10 aos 15%. E isso significa colocar o cresci-

mento anual em função, mais ainda, dos recursos internos disponíveis, evitando-se que o endividamento externo continue crescendo rapidamente.

O *deficit* da balança comercial, como visto, já declinou, de US\$ 4,6 bilhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1976. Mas esse valor ainda é demasiado.

As importações de combustíveis, que já eram muito elevadas, experimentaram nova expansão em 76.

E, finalmente, a inflação no exercício findo, embora em fase, agora, de declínio, superou em muito o que poderíamos considerar razoável, principalmente para os nove primeiros meses do ano. A execução equilibrada do orçamento da União e as medidas de contenção monetária tomadas abrandaram as taxas de inflação no último trimestre. Mas não puderam impedir que, durante o ano de 1976, vários índices de preços apresentassem aumentos da ordem de 45%.

Tais fatores condicionam a fixação dos principais objetivos da política econômica para 1977.

* * *

A tônica gradualista, que vem orientando nossa política econômica desde 1964, deve ser preservada, mas é preciso que, este ano, se alcancem resultados mais expressivos. Impõe-se um reajuste mais rápido de nosso *deficit* em conta-corrente — causa da elevação do endividamento externo do país. Tal reajuste, nas proporções desejáveis, requer reduzamos ao

mínimo o *deficit* comercial em 1977, mediante incremento das exportações e contenção das importações.

É preciso, por outro lado, reduzir substancialmente o ritmo da inflação.

O controle do processo inflacionário e o ajuste mais veloz do balanço de pagamentos em conta-corrente exigem medidas austeras de política econômica, incompatíveis com um crescimento do produto real equiparável ao registrado no ano passado. Devemos aceitar, com realismo, uma taxa mais moderada de crescimento, não como objetivo, mas em consequência da necessidade de resultados melhores nos outros dois parâmetros.

Isso, de forma alguma, significa resvalarmos para a recessão, mas reconhecermos apenas que menor expansão, a curto prazo, é condição necessária para que possamos crescer, firme e sustentadamente, a longo prazo.

Tanto o ajuste do balanço de pagamentos quanto a contenção do ritmo de alta dos preços impõem atitude de contenção no manejo dos instrumentos monetários e fiscais por mais que se preservem os investimentos essenciais ao crescimento futuro, sobretudo nas áreas de substituição das importações e do fomento às exportações.

Não obstante as dificuldades opostas pela conjuntura internacional, é imprescindível concentrarmos nossos esforços no aumento das exportações, usando toda a nossa imaginação para diversificá-las quanto a produtos e mercados de destino. A curto prazo,

não seria realista imaginar que a dívida externa pudesse parar de crescer. O esforço que temos de empreender destina-se a abrandar o ritmo de expansão dessa dívida, compatibilizando-o com o do aumento das exportações. O equacionamento do problema da dívida externa exige, assim, que se confira a mais alta prioridade à política de expansão das exportações.

* * *

O Governo já havia definido, em fins do ano passado, a maior parte das diretrizes para 1977, nas áreas orçamentárias e de investimentos, monetária, tributária, de exportações e importações.

Resta definir a orientação a seguir no tocante aos combustíveis, diante da perspectiva de que, se mantida a situação atual no setor, o aumento das importações no corrente ano, em face do aumento de preços e da provável expansão do volume, seria da ordem de US\$ 500 milhões. E isso implicaria, para que o *deficit* comercial se situasse em nível aceitável, a necessidade de reduzir as importações de outros produtos em US\$ 1,1 ou US\$ 1,2 bilhões — empreitada certamente muito difícil, por se referir a equipamentos e matérias-primas.

O Governo continua, através da PETROBRÁS, empenhado em expandir, o mais rapidamente possível, a produção interna de petróleo.

Os investimentos da PETROBRÁS em exploração e produção devem elevar-se, em 77, a Cr\$ 11 bilhões, crescendo mais de 100%.

A perspectiva de aumento da produção, sem embargo, é de cerca de 7%, em 77, levando-se em conta a redução da produção nos campos da Bahia, em fase de exaustão. Em 78, já se poderá cogitar de um novo crescimento da ordem de 32%, relativamente a 76.

É difícil fazer previsões seguras do que será essa produção nos anos subseqüentes. Contudo, não há dúvida de que ela continuará a crescer significativamente, não somente em função das novas reservas já medidas na plataforma continental, em via de desenvolvimento, mas também dos resultados positivos que se estão alcançando nos intensos trabalhos de exploração que ora se realizam, praticamente, em todo o litoral brasileiro.

Os contratos de risco já firmados devem, em breve, produzir resultados, enquanto a PETROBRÁS realiza novos entendimentos com outros interessados.

Por outro lado, o Programa do Alcool está sendo acelerado, com nova fonte de recursos — o fundo de equalização de preços, do Conselho Nacional do Petróleo.

No curto e médio prazos, todavia, a necessidade de alcançar o equilíbrio e, se possível, um *superavit* na balança comercial, até 78 ou 79, significa a adoção de novas e mais rigorosas medidas de contenção no consumo de combustíveis.

Importa, sobretudo, criar maior conscientização, em todos os estratos da sociedade brasileira — seja entre indivíduos ou empresas — quanto à impor-

rância de conter substancialmente o consumo de todos os derivados de petróleo. O elenco de novas providências que serão adotadas pareceu-nos, no momento e após demorada análise, alternativa preferível à do racionamento, por ser de efeito também poderoso e de execução muito menos complexa, assegurando maior flexibilidade aos consumidores.

Entre elas, destaco a criação de um complemento em dinheiro, sob forma de recolhimento restituível, ao preço dos derivados de petróleo.

Sua incidência, por enquanto, será apenas sobre a gasolina e o óleo combustível — naquela, pela elasticidade que caracteriza o seu consumo e, neste, pelo baixo preço de seu fornecimento à indústria. Os valores correspondentes serão estabelecidos, periodicamente, pelo Conselho Nacional do Petróleo. A restituição será feita ao fim de dois anos, sem correção monetária e sem juros.

Dessa forma, pelo ônus financeiro criado para o consumidor, objetiva-se obter maior poupança, seja pela menor utilização dos veículos ou melhor regulação dos motores, no caso da gasolina, seja pelo uso mais racional e econômico do óleo combustível, principalmente nas instalações industriais. Ao mesmo tempo, alcançar-se-á um efeito antiinflacionário, com o recolhimento desse dinheiro ao Banco do Brasil.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se procura, nas Regiões Metropolitanas, elevar substancialmente a participação dos transportes coletivos, buscar-se-á impedir, progressivamente, o acesso de

automóveis ao centro da cidade. Para tanto, a área de estacionamento acabará sendo consideravelmente reduzida ao longo de 1977, continuando-se o esforço nos anos seguintes.

Outras providências incluem: nova redução, de pelo menos 10%, no consumo de combustíveis dos Ministérios; extensão do empréstimo compulsório da ELETROBRÁS aos autoprodutores de energia elétrica com motores a diesel (medida já adotada); estabelecimento de sanções para os motores desregulados de caminhões e ônibus; fechamento de postos de gasolina nos domingos e feriados; estabelecimento de horários defasados na indústria, comércio, bancos e repartições públicas; aumento de 50% nos pedágios, para automóveis, em fins de semana; estímulo ao uso de energia elétrica nas residências, em lugar dos derivados do petróleo; incentivos à substituição do óleo combustível por carvão ou outra fonte combustível, nos setores de grande utilização daquele derivado.

* * *

Antes da adoção dessas novas medidas na área de combustíveis, o Governo já havia definido para si próprio, em 77, diretrizes marcadas pelo sentido de contenção e austeridade.

Dentro desse espírito geral, encareço a colaboração de todos os Ministérios, em seus diferentes escalões, no sentido de unirmos esforços, conscientemente, para que se alcancem os objetivos que o Governo está perseguindo.

As circunstâncias atuais, mais do que nunca, exigem que os objetivos globais do Governo, na base do interesse nacional, devam claramente sobrepor-se às preocupações e aspirações de caráter setorial. Entendo a validade dessas aspirações vistas do seu ângulo próprio. Mas em todos os espíritos deve estar presente a necessidade de obter, em 77, os resultados objetivados, particularmente quanto ao controle do balanço de pagamentos e da inflação.

Por isso, a todos recomendo particular empenho na execução das diretrizes básicas, já estabelecidas.

Antes de tudo, a programação financeira deve ser cumprida rigorosamente, de modo que, como aliás ocorreu em 76, tenhamos o equilíbrio orçamentário e o equilíbrio geral das contas do Tesouro, inclusive no orçamento monetário.

Para isso, é essencial que, na conformidade do decreto de programação financeira, os Ministérios se abstenham de solicitar suplementação de «Outros Custeios e Capital». Estamos realizando grande esforço para evitar cortes nas dotações do orçamento; a contrapartida necessária é que os dispêndios fiquem dentro da previsão orçamentária.

Devem, igualmente, ser observados os limites máximos definidos para os investimentos dos Ministérios, em termos de desembolso efetivo, quer na Administração Direta ou Indireta. Realmente, precisamos, para a balança de comércio e para a desaceleração da inflação, realizar a economia prevista de Cr\$ 40 bilhões no hiato de recursos, ou seja, na diferença entre investimentos realizados no país e

poupança interna. Do contrário, a única saída seria recorrer mais à poupança externa, com aumento excessivo, portanto, do endividamento.

A eficiente execução dos programas já previstos deverá absorver toda a nossa capacidade de planejamento e implementação, cuidando-se, apenas, das coisas altamente prioritárias segundo o PND. Não tenho dúvida de que os recursos definidos, conquanto inferiores às nossas naturais aspirações, são suficientes, se bem empregados, para realizar o que é essencial, em setores de exportação e de substituição de importações, infra-estrutura, no desenvolvimento regional, nas áreas sociais.

De forma idêntica à estabelecida nas «Diretrizes e Prioridades» que aprovei para 1976, com mais razão, não devemos cogitar agora, em geral, de novos empreendimentos ou de programas adicionais. O que já temos por fazer é tarefa capaz de absorver os recursos disponíveis e nossa capacidade de execução. Façamo-lo com rapidez e eficiência.

Na mesma ordem de idéias, cabe o empenho de cada um de nós na contenção dos gastos de Pessoal e outras despesas burocráticas. Importante é manter suspensas as admissões de servidores, na forma do decreto baixado em julho último; evitar a criação de órgãos e reduzir as lotações existentes; diminuir o ritmo de edificações de caráter administrativo; limitar as viagens ao exterior; evitar qualquer importação de aviões e conter o uso dos já existentes.

É importante também — devo salientar — que os Estados e Municípios não poupem esforços no sentido de equilibrar seus orçamentos.

Por outro lado, o Governo, nos últimos tempos, eliminou ou reduziu substancialmente grande número de subsídios diretos a certas atividades econômicas. Aí vem traduzida importante diretriz, a observar na presente conjuntura, eis que o orçamento não pode ser sobrecarregado com subsídios, salvo em circunstâncias excepcionais e dentro da estrita disponibilidade de recursos.

A mesma preocupação leva-nos a voltar as vistas para os casos, muito poucos aliás, de empresas governamentais que ainda geram *deficits* operacionais. Devemos assumir, para nós mesmos, o propósito de que, em futuro próximo, não haja uma só empresa federal com *deficit* de custeio.

No tocante a preços e tarifas de bens e serviços públicos, a orientação que estamos definindo para 1977 é a de limitar seus reajustamentos a um máximo de 25%, orientação essa suficientemente realista para não trazer sacrifício às empresas e suficientemente moderada para ser consistente com a idéia de substancial declínio na taxa de inflação. As exceções autorizadas, a esse teto, foram para a Rede Ferroviária Federal e a ECT, ambas com estruturas tarifárias bastante defasadas e, no último caso, visando-se a uma virtual eliminação do *deficit* operacional.

Importante, igualmente, será o cumprimento do orçamento de importações aprovado para os Ministérios. A nova redução prevista, de 12%, em relação aos níveis de 1976, corresponde simplesmente à média esperada de diminuição nas importações em

geral e significa tratamento equitativo entre o setor público e a iniciativa privada.

Reitero, aqui, a política de dar preferência, nas compras feitas por órgãos e empresas governamentais, a equipamentos produzidos pela indústria nacional. O recente decreto sobre o orçamento de importações do Governo para 1977 (Decreto nº 78.945, de 15-12-76) reitera dispositivo pelo qual os órgãos e empresas governamentais «somente poderão importar, arrendar ou locar máquinas e equipamentos, aparelhos, instrumentos e veículos de origem externa quando não existir similar de produção nacional”.

* * *

Não hesito em dizer estar confiante em que o Brasil chegará ao fim de 77 com seus objetivos, econômicos e sociais, realizados.

O ano de 1976 encerrou-se bem melhor do que nossos naturais receios poderiam fazer esperar, ao iniciar-se o segundo semestre. É isso porque o Governo realizou rapidamente os remanejamentos táticos necessários, com a flexibilidade que caracteriza a sua definição de planejamento, havendo a economia e, em particular, o setor privado, reagido com evidente espírito de cooperação.

Sabemos das dificuldades que nos esperam em 77, mas estamos prontos a enfrentá-las. Sabemo-las superáveis, como superáveis foram os obstáculos que se apresentaram nos três anos de crise mundial, a partir de 74.

A receita, para isso, é a nossa capacidade de trabalho — no Governo, nas empresas, nas classes trabalhadoras. Não menos, a vitalidade e a capacidade de ajustamento da economia nacional, que tem recursos, humanos e materiais, até para importantes programas de exportação e de auto-suficiência em setores básicos. É, também, a confiança num país que, após fase de natural euforia pelo crescimento acelerado, já foi bastante testado em sua capacidade de continuar a desenvolver-se sob outras circunstâncias, menos favoráveis mas certamente suscetíveis de controle, graças a nossa determinação, a nossa capacidade de luta, a nossas reservas de valores humanos, físicos, técnicos e de gestão empresarial e a nosso senso de realismo positivo.